

DINÂMICA DAS ESPACIALIDADES RURAIS EM TERRITÓRIOS COLONIAIS

Lisane Regina VIDAL¹

Vera Maria Favila MIORIN²

Resumo

O trabalho atende ao objetivo de caracterizar o velho sistema colonial familiar e suas dinâmicas, alterações e incorporação de relações de produção e reprodução originando a integração ao mercado. A metodologia se estrutura sob a abordagem sistêmica, revisão histórico-descritiva e análise crítica. Os procedimentos atendem as técnicas, coleta de dados e ferramentas auxiliares da investigação. A Colônia Santo Ângelo, referencial empírico, foi analisada como um espaço de reterritorialização dos imigrantes germânicos no extremo-sul do Brasil. As atividades coloniais, voltadas à sobrevivência do grupo social, ensejou o desenvolvimento da policultura ampliando a produção que atendeu demandas locais e regionais. Promoveram-se novas formas de comercialização respeitando ao estilo colonial e incorporando, devido às relações externas, novas atividades nas colônias que alterou os sistemas de produção, por exemplo, a instalação de CAIs. A pequena dimensão das propriedades e ausência de capital esgotou este sistema de produção devido à maximização da exploração dos recursos naturais, permitindo aos produtores familiares agregar novas alternativas, como a agroindústria artesanal familiar, existente na cultura germânica e conduzida por seus códigos culturais. Estas inovações possibilitam a permanência do grupo social no campo mantendo sua cultura colonial, sob um novo sistema de produção integrado ao mercado.

Palavras-chave: Dinâmicas socioeconômicas. Espacialidades rurais. Territórios coloniais. Sistema Colonial Familiar. Reterritorialidade.

Abstract

Rural spatiality dynamics in colonial territories

The following paper aims to characterize the old familiar colonial system and its dynamics, changes, and incorporation of production and reproduction relationships originating the integration into the market. The methodology is structured on the systemic approach, historic-descriptive review, and critical analysis. The procedures fulfill the techniques, data collection, and auxiliary tools for the investigation. Santo Angelo colony, the empirical referent, was analyzed as a space for a new territoriality of the German immigrants in the southernmost region of Brazil. The colonial activities approaching the survival of the social group aimed the development of multicultural features, widening the production that fulfilled local and regional demands. New commercialization ways have been promoted respecting the colonial style and incorporating, due to external relationships, new activities in the colonies that changed the production systems, for instance, the establishment of CAIs. The small dimension of the properties and the lack of capital finished with this system because of the maximization of the natural resources exploration, enabling family producers to aggregate new alternatives, such as handicraft family farms, existent in the German culture and conducted by its cultural codes. Such innovations enabled the maintenance of the social group in the farms, keeping the colonial culture under a new production system integrated to the market.

Key words: Socioeconomic dynamics. Rural spatiality. Colonial territories. Family colonial system. Reterritoriality.

¹ Mestre, E-mail: lisanevidal@yahoo.com.br

² UFSM, docente, E-mail: vmiorin.sma@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Esta investigação procura alcançar o contexto das dinâmicas que alteraram antigas áreas coloniais e que atuam sobre o todo da espacialidade rural alterando e incorporando relações de produção e de reprodução determinadas pelo novo sistema de produção integrado ao mercado. As análises desenvolvidas enfatizam a espacialidade da Colônia Santo Ângelo que originou o município de Agudo, localizado na Mesorregião Ocidental Rio-grandense, no Rio Grande do Sul.

As atividades que ocorriam no meio rural dessas áreas tinham como objetivo a diversificação da produção destinada à subsistência interna da propriedade, determinada pelo grupo familiar colonial. O excedente de produção era trocado (escambo) com vizinhos ou vendido no mercado local e/ou regional, conforme a situação (volume do excedente, demanda pelo produto e seu valor no mercado).

A economia do município de Agudo, referencial empírico nesta análise, prioriza suas atividades em torno da produção da cultura do fumo, arroz e morango. Recentemente, acrescenta, ao conjunto da produção, as atividades de floricultura e a agroindústria. A busca pela alta produtividade atendia à possibilidade de retorno financeiro e estimulava a aplicação de mais capital na produção, para acompanhar o modelo produtivista que se instalava no campo, através do processo de modernização, com uso de tecnologia de manejo, maquinaria e também com a aplicação de insumos bioquímicos. O uso intensivo de técnicas, máquinas e insumos eram estimulados pelas necessidades de adequação às exigências do mercado, principalmente quanto ao volume de produção necessário para entrar em circulação e estava acompanhado da motivação por maior retorno financeiro.

Esta relação de produção estabelecida em um tipo de sistema de produção totalmente voltada para o mercado, também denominado de moderno, se tornou o promotor principal do processo de transformação de uma economia de subsistência familiar para uma economia integrada ao capital industrial (no caso dos produtores de fumo) ou contraíram empréstimos bancários (no caso dos produtores de arroz). Por ocasião do esgotamento das relações produtivas do sistema de produção moderno ocorreram significativas dificuldades não apenas à produção como também elas repercutiram no processo instalado, revelando a situação de um elevado e crescente endividamento junto ao sistema financeiro, por parte dos proprietários agricultores.

Essa complexa situação tornou impossível a sobrevivência dos grupos familiares apenas da renda da terra resultante da produção agrícola e do pequeno criatório. O agravante estado a que chegaram as relações de produção identificava a existência de um impasse gerado no campo, saturando e contaminando o modo de produção colonial familiar. A situação agravava-se cada vez mais, indicando a necessidade de se buscar alternativas, que não deveriam estar apenas centradas em atividades de uso direto da terra seja por atividades agrícolas e ou de criatório. Havia necessidades prementes de se afastar de tudo o que indicava consumo dos recursos naturais. Dever-se-ia alcançar à diversificação da produção capaz de promover renda alternativa, agregar outras relações produtivas necessárias a manutenção da família no meio rural e de preservar a propriedade e a terra.

A busca por novas formas de produção fez com que o agricultor familiar do município de Agudo evocasse de sua cultura as práticas já conhecidas e tradicionalmente utilizadas. O agricultor recorreu à transformação artesanal, conhecida e praticada por seus antepassados, objetivando suprir as demandas internas do grupo familiar, cujas técnicas eram passadas de geração em geração. O tradicional praticado no meio colonial veio a se constituir em uma forma alternativa de como agregar mais renda suficiente ao suprimento das necessidades de reprodução no interior da propriedade familiar. Tal procedimento permitiu que o agricultor buscasse, ao mesmo tempo, gerar renda e continuar preservando sua cultura, através da reprodução do modo colonial familiar de viver, ainda que parcialmente alterado pelas

dinâmicas que o adequaram ao modo de produção integrada ao mercado. A partir de então, se associam a reprodução do modo colonial familiar de viver ao (modo) de produção integrada ao mercado, em atendimento a mais renda e a circulação das mercadorias do modelo produtivista. Esta associação de modelos assume no rural de Agudo a responsabilidade de garantir a permanência do grupo social no meio rural, a produção e reprodução sociocultural e econômica.

A inserção de novas alternativas de sobrevivência e de permanência no rural do município de Agudo aponta para o desenvolvimento da chamada pluriatividade, a qual vem sendo promovida pelo resgate de técnicas conhecidas e transmitidas por gerações de um modo de sobrevivência e de produção da agricultura familiar colonial. Hoje, estas técnicas são discutidas entre os acadêmicos como necessárias a reprodução socioeconômica e a manutenção dos grupos populacionais no campo.

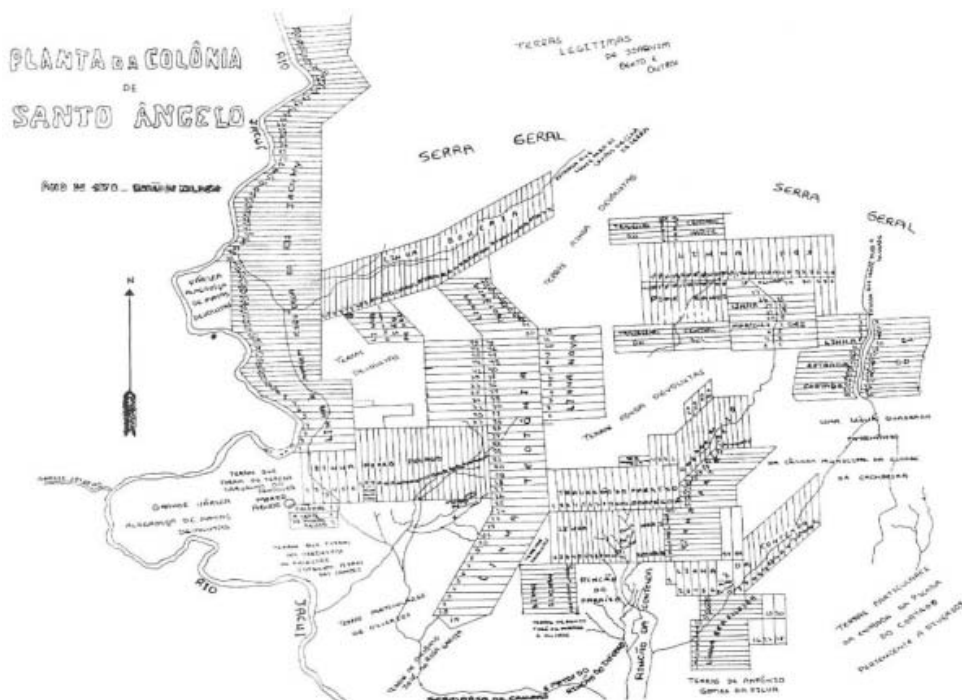
A investigação se utilizou de um referencial teórico-metodológico determinado pela teoria sistêmica, histórico-descritiva e análise crítica que esclarecem a compreensão do todo em estudo tendo como conceitos-chave: território, territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade nas perspectivas econômicas, sociais e culturais do processo de imigração, colonização, produção, comercialização, relações de poder, pluriatividade, atividades agrícolas e não-agrícolas na perspectiva do sistema econômico em que se inserem no desenvolvimento municipal (local).

Uma vez construídas as informações necessárias a respeito do referencial teórico e empírico, foram traçadas as técnicas de investigação, que pudessem responder aos objetivos construídos no trabalho, que dizem respeito às atividades de produção e reprodução dos produtores familiares de Agudo. Desse modo, optou-se pela utilização de um "instrumento de investigação" junto a estes produtores familiares, a fim de coletar informações sobre os sistemas anteriormente referidos e que compõem o objeto de estudo.

Dessa maneira, por se tratar de uma espacialidade de origem colonial, significando a presença de uma uniformização de hábitos, sistema de produção, cultura, religião e outros elementos próprios dos indivíduos, foi possível considerar um percentual de 2,4% do universo dos estabelecimentos familiares, que passaram a ser investigados em uma totalidade de 2279 estabelecimentos rurais familiares. Desse modo, foram aplicadas 55 entrevistas durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2006, cujo universo de informações obedeceu as indagações necessárias para atingir aos objetivos propostos pelo presente trabalho.

A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO COLONIAL RURAL

A histórica Colônia Santo Ângelo (Mapa 1), que originou os atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul, parte de Dona Francisca e Cachoeira do Sul, foi criada pelo decreto Provincial de 30 de novembro de 1855. Roche (1969) mencionou em sua obra, "A imigração alemã e o Rio Grande do Sul", que a Colônia Santo Ângelo ocupava a borda da Serra Geral e se constituía em uma parada obrigatória entre a região da Depressão Central e a dos Campos do Planalto, tendo o seu povoamento iniciado em 1857, desafiando os terrenos abruptos, encostas do Planalto Meridional Sul-Rio-grandense, que a constituíam. (WERLANG, 1995) Mapa 1.



Mapa 1 – Planta da Colônia Santo Ângelo, 1888

Fonte: Histórico da Colônia de Santo Ângelo, de Willian Werlang (1995).

Org.: Lisane Regina Vidal, janeiro 2007.

O processo colonial no sul-brasileiro atendia a prerrogativa do governo Imperial que se deveria iniciar o processo de produção agrícola e a ocupação das áreas situadas mais ao sul do Império, através da concessão de lotes coloniais aos imigrantes, atendendo a interesses de produção de alimentos para o abastecimento interno. Esta política nascida no período Imperial deu início à reestruturação do espaço nacional com a inserção de novas formas advindas dos conhecimentos técnicos, como os de lavrar a terra e produzir alimentos. O isolamento destes grupos sociais contribuiu para o desenvolvimento das atividades esperadas pelo Império e para que eles se mantivessem inalterados em seus hábitos e costumes, língua, religião e culinária. Entretanto, podem-se destacar, entre outras contribuições, as manifestações socioculturais que inseriu valor a estes espaços situados no sul do Império.

Esta origem diversa revela que a Colônia Santo Ângelo recebeu imigrantes germânicos que construíram um território com características, embora nem todos fossem portadores de suas transcódificações rurais, referidas no terceiro teorema de Deleuze e Guattari (1996). Acredita-se que tenha ocorrido uma correlação entre experiências já vividas e a criação de novas, livres e inovadoras, moldando um novo território que, embora detenha o germe do passado (velho), se apresenta sob um novo processo de relações de produção.

Neste caso, se prioriza a discussão sobre reterritorialização e formação de território como primeira formação sociocultural em novas terras. Isto deve ser visto como gerador de raízes e identidades, isto é, o indivíduo ou o grupo de indivíduos compreendidos em seu território. Na medida em que os imigrantes incorporavam sua cultura e seu modo de vida a

esta espacialidade, eles passavam a ser colonos, o que permite a utilização da terminologia “colono”, pois o território, neste caso, estaria demarcando um espaço de vida, permitindo ser entendido como substrato à efetivação da vida humana, também visto como sinônimo de solo/terra, ou seja, das condições naturais que são fundamentais a todos os povos sob o domínio de um Estado constituído.

Do ponto de vista geopolítico, o território é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização em sua defesa, e o Estado e o território possui limites e fronteiras maleáveis. Por sua vez, a ocupação de novas áreas tem relação com a dependência entre o homem e o território, na qual a guerra assume caráter natural e necessário para a conquista de novos territórios. (RIBAS et al, 2003).

Nesta linha de entendimento se recorre à Geografia Política, que teve em Friedrich Ratzel (1844-1904) seu primeiro grande autor, através da obra “Politische Geographie” que coloca o discurso de território fixado no referencial político do Estado. (RIBAS et al, 2003).

O termo território também abrange o sentido de não apenas uma redução material ou concreta, mas também como um campo de forças ou uma rede de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que se projetam no espaço. Ele é moldado a partir de combinações de condições e forças internas e externas que devem ser compreendidas e entendidas na sua totalidade espacial. Porém, deve-se ter a clareza de que as noções de espaço e território são distintas, uma vez que o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é a espacialidade apropriada por um grupo sociocultural, que a transforma em espaço de vida, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sejam elas jurídicas, políticas ou econômicas, como observa Raffestin (1993).

Enfim, no território se inclui a interação entre duas categorias base da Geografia: sociedade – natureza onde se projetou trabalho seja por meio de energia, informação, conhecimento ou técnica e que, devido a isso, revela relações de poder. Na formação do território assumem importância as relações culturais entre um grupo ou lugares particulares, ou seja, apropriação de uma porção do espaço por um grupo, definindo-se como elemento constitutivo de sua identidade. As diferenças e/ou desigualdades dos territórios são resultantes das características físicas, humanas e culturais, moldadas a partir da combinação e das forças internas e externas (relações de poder) de uma espacialidade.

A influência cultural e histórica do grupo social moldou no espaço uma feição distinta, como que o personalizando e tornando-o sua propriedade. Deste modo o espaço se revela como a identidade do tipo humano (o grupo sociocultural) que sobre ele se movimenta, atua e se perpetua, reproduzindo o próprio espaço, agora transformado em sua morada de vida, o seu território. Assim, revelava La Blache (1921) na obra, “Principes de Géographie Humaine”.

Procurando interpretar a formação do território dos colonos à luz das definições e das explicações a partir do apoio bibliográfico, entende-se que os imigrantes que se tornaram colonos eram detentores de uma cultura própria, advinda de sua história e construída ao longo de sua formação social em seus distintos Estados de cultura germânica. Isto significa dizer que o território constituído contém um grupo social e que sua cultura atua determinando as demais relações, nas quais se incluem as de produção. Porém, deve-se considerar que as relações dependem do grau de transferência dos “códigos” originais identitários contidos nos indivíduos.

Estas observações permitem entender que os territórios podem ser dinâmicos a cada momento, podendo ser reconstruídos em si mesmo ou construídos novos territórios em “novos” espaços, atendendo às identitárias do grupo sociocultural.

Considerando esse entendimento, tem-se a realidade dos imigrantes, que em um processo de reterritorialização fundam um território e se tornam colonos, após passarem pelas mais variadas dificuldades em seus Estados de origem, as quais não tinham nenhum interesse em reviver. Ao receberem seus lotes de terra, entenderam como “algo precioso”. Os colonos souberam imprimir neles sua forma e tudo o mais que sabiam e o que podiam

realizar para transformá-los em um lugar próprio. Enfim, deram a este espaço a forma que deve ser entendida como a concretude de todos os seus sonhos e desejos e de todas as suas angústias e tristezas. Assim, organizaram seu território da maneira como podiam e gostariam de viver.

O processo de apropriação espacial e de produção do território possui na sua origem importantes dimensões, como as: históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, que determinam as diferentes abordagens vistas pelos mais variados teóricos. Estes, de uma forma direta ou indireta, seguem direções que contemplam as relações existentes, mas que normalmente privilegiam ora uma dimensão ora outra, decorrente da adequação do conceito ao tema em estudo.

Desta maneira, na concepção de território e em seu entendimento, podem ser acrescentadas as idéias de Vale, Saquet e Santos (2005) que abordam o assunto utilizando a terminologia aspectos para o que denominamos como dimensão. São também estes autores que consideram o conceito de território constituído por três noções familiares ao geógrafo, ou seja, de poder; de controle territorial; de limites materializados pelas fronteiras. Estas noções são derivadas "da competência jurídica que se encontra na expressão de administração do território." (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 13). Estas três noções relacionam-se reciprocamente, ou seja, existe um mutualismo entre idéia (superestrutura) e matéria (estrutura), em que uma ou outra, em cada lugar ou em cada momento histórico, pode predominar frente às demais, como bem coloca Haesbaert (2002).

Em decorrência do pensamento desenvolvido por Vale, Saquet e Santos (2005) e Haesbaert (2002), concordantes em que a alternância de posição no controle territorial deve-se a dinâmica da produção econômica em processo de expansão sobre os territórios, permitem que se atribua a esta dinâmica produtiva em expansão, as mudanças nas culturas nacionais, nas especificidades territoriais e locais. Deste modo, o entendimento de território torna-se uma variável econômica significativa, na dimensão de ações gerais. Assim, no território se articulam os elementos que compõem a dimensão econômica, determinados por enraizamento, conexões e fluxos para além de recursos ambientais e infra-estruturais.

Os colonos elegeram suas atividades agrícolas baseadas na diversificação, para atenderem ao que necessitavam, desde os alimentos e as ferramentas até as próprias vestes. Entretanto, com o passar dos anos, foi se diversificando a produção do grupo social, cuja função era a alimentação e, em um processo contínuo, a geração de renda. A inserção de novos cultivos teve origem na necessidade regional, uma vez que estes produtos eram imprescindíveis ao abastecimento alimentar. Além disso, destaca-se que algumas culturas já estavam sendo viabilizadas em outras colônias, como é o caso do trigo, a cana-de-açúcar e o fumo.

O Estado Imperial assume valor de importância na difusão destes cultivos, através da propaganda e concessão de prêmios aos colonos que produzissem determinada quantidade de hectares com determinados produtos, como o trigo. Devido ao aumento da produção na Colônia, houve progresso na infraestrutura, promovido pelas vias de acesso, locais de armazenamento da produção e aquisição de máquinas, além do surgimento de novos moinhos.

Haesbaert (2004) coloca a dimensão econômica do território como a menos difundida ao priorizar a dimensão espacial das relações econômicas por entender que são, verdadeiramente, elas responsáveis pelo dimensionamento do que vem a ser território e tudo o mais que ele contém concernentes as classes sociais contidas na relação capital e trabalho.

O Estado cercava-se de ações para garantir a realização de seus objetivos, como o de assegurar a posse de terras disputadas nas fronteiras meridionais do Império, também estabelecia uma gama de relações e oportunidades e de coações aos indivíduos que por ele eram comandados. Desde o início da colonização, o Estado utilizou vários artifícios para organizar e comandar a vida nas colônias, fazendo uso de inúmeros decretos e leis. Cada

colônia tinha seu diretor, ao qual era delegada a administração central, além de agir como tutor e conselheiro dos colonos. A Colônia Santo Ângelo não fugiu à regra, possuindo um total de quatro administradores, até se emancipar e formar o município de Agudo.

Na análise e sobre a dimensão cultural do território, devem-se levar em consideração as origens de cada grupo social, bem como a sua história ao longo dos tempos, para estabelecer seus valores, os quais se refletem no espaço em que vivem. A busca pela identidade e características de um grupo social é de suma importância ao alcance da essência das formas impressas que determinam a formação e caracterizam o território. No caso dos colonos, observa-se uma valorização de sua cultura, que se mantém e é transmitida através da língua, religião, danças, festas, costumes, culinária, etc.

Neste contexto, a identidade território dos imigrantes germânicos é reconhecida, especialmente, pela sua língua e religião, pois através delas, eles se identificavam e se relacionavam. Uma das primeiras vontades manifestadas pelos imigrantes foi à construção de um local em que eles pudessem realizar seus cultos, dando início às manifestações culturais de seus costumes, materializando-os em sua espacialidade, de maneira própria, que se faz reconhecer entre os demais. Entende-se que a cultura trazida foi e ainda é cultivada pelos colonos em um novo espaço e permitiu que as manifestações ultrapassassem a abstração e formassem a identidade do território.

Observa-se que a Colônia Santo Ângelo reuniu diferentes identidades, imagens e memórias pertencentes aos indivíduos que constituem seu grupo social, permitindo que as relações socioculturais e históricas fossem carregadas de múltiplas inter-relações e cristalizassem no território uma rica e complexa diversidade de dimensões. No território dos colonos de Agudo, além da presença desta complexa diversidade referidas em Vale; Saquet; Santos (2005) devem ser reconhecidos as distintas temporalidades e suas diferenças, as desigualdades e as relações de poder que nele coexistem. Contemporaneamente, neste território estão presentes os “mais” e os “menos” desenvolvidos, os “avançados” ou “dinâmicos” e os “atrasados” ou “tardios”, permitindo que no seu entendimento esteja presente a ótica tridimensional sociedade – espaço - tempo. (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, tem-se que a territorialidade é transportável enquanto se considera que os indivíduos carregam os códigos de seu antigo território. Ela é também dinâmica, pois varia no lugar e no tempo, de sociedade para sociedade, que se apropria de novos espaços, cria e recria as relações socioculturais (o caso da imigração germânica), transformando o novo território em único, no qual se inserem costumes, cultura e modos de vida, dos indivíduos. A territorialidade, no geral, passa a ser resultado das relações humanas por estar condicionada aos valores culturais e as normas sociais de cada grupo humano contendo identidades próprias. Assim, o território se apóia no espaço (visto como matéria-prima), sendo, portanto, uma produção a partir da apropriação do espaço.

A territorialização realizada pelos imigrantes germânicos se constituiu de uma base de desterritorializados do tipo relativo e absoluto, conforme as concepções teóricas de Deleuze e Guattari (1996). Enquanto alguns traziam consigo os seus códigos (desterritorialidade relativa) referentes à imagem do seu território e às experiências de vida, com facilidade adotaram seus códigos no novo território ao desenvolver o modo de produção de vida familiar conhecido nos campos da Europa. Outros (desterritorialidade absoluta) adotaram outro plano, outro pensamento que levou à criação, que só pode ser possível pelo rompimento com o antigo território. Estes indivíduos, uma vez rompidos com seu território original, se encontravam livres, “nus” de imagens, lembranças e códigos.

A desterritorialidade absoluta oferece ao indivíduo a facilidade em criar e se adaptar a novos códigos determinados no novo território. É questionável se não teriam sido eles os responsáveis por um comportamento diferenciado, iniciando o abastecimento do centro da Província e para além dela. Talvez a reterritorialização tenha significado a sua obra criada, livre em seu pensar. O território para eles passou, também a ser entendido como o “concre-

to", isto é, a concretização de seu pensamento, de sua criação, o ser de seu devir a ser (aquilo que ele pensou e que criou).

Este tipo de desterritorialidade, em primeiro momento, mostra-se como o mais difícil do processo de adaptação do indivíduo à nova situação, no entanto é o mais original e capaz de impulsionar a dinâmica que marca as relações de produção no território. Nesta época, predominava a produção voltada para o abastecimento interno das famílias atendendo suas necessidades pessoais. Isto aconteceu na Colônia nos primeiros anos atendendo ao consumo das necessidades vitais a serem supridas no seio da unidade familiar em seus lotes.

A presença de dinâmicas transformadoras, centradas em sistemas externos, influenciou a espacialidade rural imprimindo nela alterações e feições próprias e intrínsecas aos territórios coloniais. Deste modo, cabe ressaltar que no período da colonização ocorreu um sistema único de produção familiar para a subsistência, próprio das áreas coloniais, o qual foi incorporando outros subsistemas devido à necessidade de estabelecer interações com o modelo de desenvolvimento proposto e vigente no Estado brasileiro.

DINÂMICAS DA ESPACIALIDADE RURAL FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AGUDO

A Colônia Santo Ângelo (hoje município de Agudo) desenvolvia um sistema agrícola diferente do atual era o Sistema Colonial Familiar. No decorrer de sua evolução, novos processos foram agregados, até alcançar o período da difusão do processo de modernização da agricultura que promoveu mudanças radicais no antigo Sistema, resultando no Sistema de Produção Familiar Moderno.

O Sistema Colonial Familiar em suas relações de produção que permitiu o desenvolvimento da Colônia Santo Ângelo, era composto dos subsistemas: *Político (dimensão política)*, representado pelo Governo Provincial, cujo objetivo era a ocupação de espaços estratégicos nas fronteiras do Rio Grande do Sul; *Sociocultural (dimensão sociocultural)*, representado pelo grupo social germânico, que imprimiu no espaço seu modo de vida, formando o Território Colônia de origem germânica, na Colônia Santo Ângelo; *Ambiental (dimensão ambiental)*, representado pelos recursos naturais existentes na espacialidade de Colônia Santo Ângelo, garantindo a adaptação dos imigrantes germânicos ao novo meio; e o *Econômico (dimensão econômica)*, representando a produção e as relações de produção dos colonos que formavam a Colônia. Esta produção se definia pela diversidade atendendo a subsistência e abastecendo, com o seu excedente, a demanda local e regional.

Visto dessa maneira, cada subsistema influenciava significativamente na constituição e no crescimento da Colônia Santo Ângelo, resultando na formação e no reconhecimento do Território Colonial Germânico (atual município de Agudo). Por sua vez, o processo de evolução da Colônia Santo Ângelo apresentou fases diferenciadas motivadas pela adaptação ao meio, às novas funções que os (então chamados de) imigrantes desenvolviam no conjunto colonial (sendo denominados de colonos) desta espacialidade rural e, também, pelas atividades desenvolvidas que procurava suprir às necessidades da sociedade colonial.

A existência destas diferentes fases que também podem ser denominadas de estágios do Modelo Colonial é evidentemente, resultante de transformações que se operaram na espacialidade rural do Sistema Colonial Familiar. E isto se deve, primordialmente, às necessidades do grupo social.

A dinâmica socioespacial a que esteve submetido o antigo sistema colonial familiar foi determinada através do referencial teórico, que possibilitou sua periodização em três temporalidades demarcadas e que podem sofrer variações para mais ou para menos. As

datas contidas nos estágios devem ser entendidas como uma aproximação. Desse modo, identificaram-se três (3) estágios diferenciados, cuja causa passa a ser consequência para o um novo estágio e assim, sucessivamente. É possível, portanto, deduzir que na base da sequência temporal destes três estágios existe uma relação de causa e consequência, modificadora das relações na espacialidade rural. (MIORIN, 1989).

O primeiro estágio identificado teria iniciado por ocasião da criação da Colônia Santo Ângelo em 1855, indo até 1860. Ele se caracterizou por relações iniciais entre sociedade e natureza e pela formação da espacialidade rural, com a criação do Território Colonial Germânico, cujas atividades produtivas procuravam atender às necessidades básicas de sobrevivência. Neste estágio, também se identifica a criação de novas formas de caráter humano (as casas, as picadas, o paiol, a lavoura, a cerca e outros), formando a espacialidade rural.

O sistema de troca possibilitou o surgimento de relação de poder em sua forma pura, e se desenvolvia a partir de uma liderança (donos de armazéns) que imponham suas condições e vontades pela coação aos que dela dependiam (colonos). Estas lideranças se tornavam importantes frente aos demais, pois lhes abasteciam de suprimentos e vestuário, os quais eram, normalmente, comprados a prazo. Além disso, algumas famílias de colonos, que nem sempre conseguiam renda suficiente para garantir sua reprodução social, acabavam tomando empréstimos financeiros junto a estes líderes comerciantes, surgindo a dependência financeira.

O segundo estágio da Colônia Santo Ângelo compreende o período de 1860 até a instalação da Vila, em 1938. Os colonos, que produziam para a subsistência e utilizavam seu incipiente excedente para realizar o comércio de troca, percebiam que no aumento do volume de produção formava-se o excedente e, na diversificação das atividades, a variedade de produtos para oferta. Abria-se o caminho para conquistar o mercado local e regional e alcançar centros urbanos como Porto Alegre. Este comércio permitiu que o colono atingisse uma reprodução social mais ampla, como aquisição de vestuários e equipamentos de produção. Este período teve como características a anexação de outros meios de produção (aquisição de maquinaria) ao que já vinha sendo praticado (subsistência). Igualmente o grupo familiar passou a apresentar melhores condições sociais e econômicas.

O colono, pouco a pouco deixava de ser essencialmente agricultor de gêneros alimentícios, embora continuasse a desenvolver atividades de subsistência, para se lançar em outras atividades, visando à geração de renda e o suprimento de necessidades essenciais que apareciam como o vestuário e equipamentos para a reprodução do processo agrícola. Esta nova atividade, incorporadas as existentes, conferia ao colono destaque nos mercados como produtor-vendedor direto, comerciante e atacadista.

As novas funções somadas às antigas contribuíram para que o território colonial fosse externalizado. O comércio dos produtos permitiu que a Colônia fosse conhecida em outros lugares do Rio Grande do Sul. O comércio do fumo contribuiu para o crescimento da lavoura e aceitação nos mercados, como também prestigiou a Colônia no mercado local e regional.

O terceiro estágio compreende o período de 1939, incluindo nele a emancipação da Vila Santo Ângelo em 1959, dando origem ao atual município de Agudo, até a fase da modernização da agricultura (1960) e é caracterizado pela intensificação das relações de produção e reprodução socioeconômica dos colonos. Este novo, municipalidade constituída e agricultura modernizada, sinalizam o completo e efetivo reconhecimento regional, tanto do território dos colonos de cultura germânica como também de seu pujante crescimento. Isto possibilitou que o município se projetasse regionalmente e fosse reconhecido como “forte” produtor.

Desse modo, o colono passou a ser também um agricultor, esta transformação na denominação de colono para agricultor não se deu de forma rápida, mas lentamente, e se deve as novas posturas que o grupo humano foi assimilando ao longo do processo de sua

territorialização na construção de um território único. Este novo personagem passou a desenvolver um sistema agrícola intensificado, buscando a produtividade para ganhar mercados que demandavam seus produtos.

Do ponto de vista do sistema de produção, acredita-se que este estágio esteja demarcado por sistemas de produção tipo intensivo, cuja intensidade será maior na fase em que se anuncia a modernização da agricultura no Brasil, com forte apoio político do Estado.

Nos novos mercados que se abriram, aquele colono – agricultor - produtor atuou como vendedor comerciante e atacadista de sua produção. Este pode ser considerado o marco em que a produção familiar passou de uma produção em moldes coloniais para uma produção voltada ao mercado, deixando de ter um caráter de sobrevivência para assumir outras características, como sendo uma “empresa familiar de produção rural”. Portanto, nesta fase houve a ascensão do agricultor familiar, quando ele iniciou o processo de especialização, elegendo determinadas culturas, que mais tarde foram denominadas de “carro-chefe”, devido a demanda no mercado. Este momento definiu a superação do modelo colonial por outro além da modernização da agricultura, surgia outro, Sistema de Produção Integrado ao Mercado.

A partir da década de 80, o modelo de desenvolvimento estruturado na modernização da agricultura passou a ser questionado, pois na medida em que se obtinham os efeitos positivos esperados (ganho de produtividade, crescimento extraordinário da produção mundial, avanços tecnológicos, etc), eclodiram os efeitos negativos (perda de fertilidade os solos, contaminação dos recursos naturais, degradação ambiental, etc.) juntamente com os questionamentos sobre o alto custo social e ambiental determinado por este modelo.

Neste contexto, a espacialidade rural de origem colonial do município de Agudo também sofreu impactos gerados pelo modelo de modernização agravados pelo uso intensivo do solo em pequenos estabelecimentos de reduzida dimensão de terra disponível, (inferior a meia colônia nova: igual e/ou inferior a 12 hectares) responsável pela produção e reprodução do produtor rural e de sua família.

Frente à escassez do recurso terra e capital, o agricultor, não conseguindo mais alcançar a reprodução satisfatória necessária, buscou novas alternativas e um novo processo teve início. Amplia-se, se especializa a produção e se estabelece a comercialização direta com os Complexos Agroindústrias (CAIs) de caráter transformador e em expansão no País e operando em diversos ramos da transformação industrial. Acredita-se que esta alternativa veio para solucionar a crise que se abateu nas relações de produção e na ausência de perspectivas.

A presença dos CAIs nos estabelecimentos rurais dos produtores familiares modernos de Agudo, se fez por meio das culturas de fumo, arroz e morango, que envolvem a aplicação de investimento (capital), devido ao uso elevado de insumos, e trabalho intensivo determinado pela disponibilidade da força familiar direta e de técnicas. Esta realidade foi responsável pelas relações estabelecidas entre os produtores e os CAIs, que lhes garantiam capital para a produção, mercado para o produto e preços satisfatórios.

Os CAIs garantiam a produção e a reprodução, mas no momento em que se estabeleceu este conjunto de relações de poder com os produtores, estes se viram submetidos a determinadas condições de produção, ditadas pelos CAIs. Surgia a dependência, que não foi sentida pelos produtores em um primeiro momento, por pensar estar atendendo a integração industrial, como forma de se reproduzirem por meio do capital, necessário para dar seqüência a novas safras.

A integração com a indústria lhe garantia a aquisição de bens materiais necessário para si e sua produção. Porém, na medida em que os produtores familiares recorriam ao financiamento, para realizar a produção, se subordinavam ao capital, ou seja, processavam-se consideráveis mudanças em suas relações e, eles se transformaram em um assalariado do capital industrial realizando tarefas terceirizadas.

Com o passar do tempo, o sistema de produção adotado, dependente de insumos bioquímicos, do uso intensivo do recurso “terra” e os sucessivos prejuízos, especialmente o produtor de fumo, cuja produção estava integrada à indústria fumageira, em sistema de integração fechado (integração máxima), contribuiu, para o esgotamento da fertilidade dos solos e criou um círculo vicioso entre necessidades e aumento de produção, para obter e manter a produtividade. A reprodução simples, que passou a dominar as relações de produção, ocasionou a desaceleração da dinâmica do processo de produção familiar moderna, terminando com a autonomia dos estabelecimentos familiares em um tempo de crescimento de mercados.

A seguir, se instalou uma situação de inércia socioeconômica, provocando a estagnação e determinando o endividamento, cuja conseqüência era à saída do meio rural, colocando em marcha o processo de desterritorialização daquela antiga espacialidade rural construída e evoluída de um processo de colonização. Entretanto, os que permanecem no território, suportando as transformações, se constituem nos resistentes e lutam para manter seu modo de produção familiar, cultivando seus produtos de subsistência, o que lhes garante autonomia e sustento e, paralelamente, elegendo os produtos que lhes inserem no mercado, que os possibilita adquirir bens de consumo e de reprodução econômica. Aos que não conseguiram estabelecer esta relação, restou o endividamento e, conseqüentemente, o êxodo rural.

Além disso, a última década do Século XX foi palco de profundas mudanças na política econômica mundial, implicando em transformações nas relações de produção em nível externo e interno dos países que compõem o grande eixo econômico. Sauer (1998) entende que o meio rural teria conhecido transformações decorrentes deste novo patamar de internacionalização e de rearranjo na forma de acumulação do capital, que se materializava no processo de globalização, o qual tem por objetivo a mudança na natureza, a intensidade da revolução científica e tecnológica e a liberalização e integração dos mercados.

Desta maneira, na espacialidade rural do município de Agudo, a busca por novas fontes de renda está sendo alcançada através da diversificação da produção agrícola e pelo surgimento de atividades não-agrícolas, determinando a pluriatividade, especialmente, junto aos pequenos estabelecimentos de produção familiar. As novas atividades inseridas no rural são realizadas para garantir a manutenção dos grupos sociais no campo, como também sua autonomia frente a um sistema de mercado competitivo e excludente. Também revela um novo processo de desterritorialização dos seus códigos (modo de produção) e reterritorializando-se, ao criar novos códigos de valor social, econômicos e culturais, promovendo o processo de sobre codificação. (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Estas novas formas de produção e de reprodução socioeconômica têm alterado a dinâmica das relações de trabalho e de produção e, também, as relações homem e natureza e dos homens entre si.

Assim, as novas atividades desenvolvidas, ou seja, as mais recentes atividades, que se operam no meio rural do município de Agudo, indicam o início da promoção da reterritorialização do território, uma vez que ele passa de uma finalidade essencialmente agrícola para a diversificação de atividades produtivas, com o objetivo de gerar renda familiar, contribuindo para a formação de capital social, conseqüentemente, para a reprodução do produtor familiar e sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito das dinâmicas transformadoras, conclui-se que, no interior de um lugar, nem sempre as feições são uniformes e nem mudam uniformemente, pois o trabalho humano distribuído em uma espacialidade qualquer assume características distintas de um local para

o outro, dependendo do labor exercido. Destaca-se como de fundamental importância o que se convencionou denominar de trabalho no campo e trabalho na cidade. Deve-se ter em mente que os grupos humanos se tornam os construtores do lugar geográfico e o fazem através de suas tarefas de produção e de reprodução da própria vida e, também, são os responsáveis pela dinâmica dos processos de transformação do lugar, mudando continuamente as feições que ele assume.

Considerando o Sistema Colonial Familiar, seus subsistemas e elementos apresentavam uma constituição simples, cujo grau de complexidade em escala tridimensional das relações e inter-relações entre os subsistemas eram diferenciados em si e demarcados por seus indicadores. A antiga figura do colono agricultor, como se ocorresse um processo de metamorfose, transforma-se no mesmo ritmo das mudanças ambientais e econômicas da espacialidade rural, em produtor familiar moderno – empresário rural. Deste modo, é o todo que se transforma e uma nova fase da diversificação de produção, baseada na intensidade das atividades agrícolas e na inserção das atividades não-agrícolas, oferecendo novas alternativas de renda, ao permitir maior autonomia de produção e de comercialização. A propriedade, antigo lote colonial, assumiu para a condição de propriedade produtiva comercial e alcançou a condição de empresa rural.

Neste novo processo que é concreto, modificou a espacialidade rural, e a alçou a um novo sistema denominado de Sistema de Produção Integrado ao Mercado, adaptado à realidade de Agudo, mais amplo, contendo maior número de subsistemas e elementos. A evolução do antigo Sistema Colonial Familiar não só conheceu como também foi acompanhada de uma evolução política econômica em continuidade ao contexto homogêneo de colonização de produção de subsistência/mercado. Não se pode negar a presença e até mesmo a imposição veladas das economias externas, apoiadas e conduzidas por um bem organizado aparato interno, que teria forçado a ruptura com o antigo Sistema Colonial Familiar e promovido um bem constituído modelo de relações de produção de caráter especializado e integrado ao mercado local e regional.

Entende-se que a presença de duas formas de produção, atividades agrícolas e não-agrícolas, parece ser um desdobramento natural das relações que se iniciaram a partir de necessidades próprias. Porém, elas escamoteiam as influências do modelo de economia única dominando os mercados e procurando alcançar “o novo” (espaços únicos ou territórios) por ser diferente. Quando chegam a espaços únicos e que guardam características culturais singulares, aí se revela o processo de globalização procurando o diferente e dando-lhe singular importância, a ponto de se questionar a própria contradição do sistema que se revelado como de economia única, mas como ele se processa. Pode-se reconhecer o Sistema de Produção Integrado ao Mercado Local, permeado de uma produção de duplo sentido e acreditando em desenvolvimento a partir dos sistemas de produção, das matrizes produtivas e dos mercados de comercialização. A organização das atividades agrícolas com referência as culturas de fumo, arroz, morango e flores permitem questionar:

- o tipo de capital empregado (Empresas Integradoras e Sistema Bancário), que normalmente resulta em endividamento e dependência de capital por parte do agricultor familiar;
- a maximização dos recursos naturais e suas conseqüências, da qual resulta o empobrecimento do solo e a degradação ambiental irreversível;
- a diversificação da produção (produtos de subsistência e de comercialização) baixando preços e exigindo qualidade e quantidade de produção cada vez maior, enquanto que a área de produção permanece com limitação de tamanho;
- os mercados limitados para comercialização da produção, os quais são formados pelas Empresas Fumageiras (fumo), Cooperativas (arroz) e mercado Local e Regional (morango e flores), através de feiras-livres, supermercados, etc.

Em conclusão defende-se a tese de que na prática a organização destas atividades atende aos interesses das grandes indústrias de consumo de matéria-prima a ser transfor-

mada e ao grande mercado de circulação mundial. Aceitando que a presença das atividades Não-Agrícolas também é possuidora de duplo significado no contexto do modelo de desenvolvimento no município de Agudo.

Conclui-se de acordo com o entendimento nos estudos realizados, que:

- a produção ecológica, que busca a preservação e conservação dos recursos naturais, utilizando-se de ferramentas, que na verdade continuam a poluir e a degradar o ambiente;
- a produção valoriza o lugar, por ser uma produção baseada na cultura germânica, cujos produtos são típicos do seu modo de fazer, porém vende-se o espaço e a cultura como mercadoria, explorando o todo;
- uma infra-estrutura adequada à produção, permite maior volume e qualidade do produto, que promove maiores ganhos à formação e manutenção do desenvolvimento local e regional, mas que, em contrapartida, resultará do atendimento aos mercados;
- uma produção diversificada possibilitando distintas formas de renda ao produtor familiar. A diversificação em si não promove maiores ganhos, mas oferece saídas em momentos de crise de produção ou de azares na natureza.

O Sistema de Produção Integrado ao Mercado Local do município de Agudo, sem dúvida, contém singularidade e complexidade que fazem parte das contradições da Economia Única. Igualmente, estas auxiliaram no reconhecimento crítico do modelo pluriativo em desenvolvimento na espacialidade rural, entendendo-se que quanto mais variado, maiores serão as opções de produção e de mercado. Isto possibilita determinar as atividades de produção, o envolvimento das políticas espaciais e a sujeição do produtor às amplas formas de circulação das mercadorias.

Na composição da reprodução social e econômica que identifica a direção das mudanças que se operam na espacialidade do município de Agudo, permite elaborar significativas conclusões a respeito do presente, o qual se apresenta carregado de incertezas para o futuro.

A realidade observada no município de Agudo mostra que os produtores familiares, especialmente os produtores de fumo, representam a maioria dos produtores familiares e continuam a realizar atividades agrícolas. Eles têm a possibilidade de adquirir todos os meios de produção oferecidos pelas empresas fumageiras, desde a semente até os insumos, mas se apresentam, cada vez mais, integrados a elas. Vivem um círculo vicioso de produção e, em muitos momentos, no final da safra não conseguem pagar as despesas da produção, sujeitando-se aos interesses industriais.

A permanência na atividade por parte dos produtores de arroz ocorre, principalmente, por possuírem terras propícias, já terem adquirido um maquinário e por se identificarem com a cultura. Entretanto, a situação destes produtores não difere muito dos produtores de fumo. Apesar de não estarem integrados à indústria há a necessidade de empréstimos bancários para garantir o processo produtivo, o que por vezes representa o endividamento.

Tanto os produtores de fumo como os de arroz estão sujeitos às intempéries climáticas, oscilações de preço e de mercado, podendo provocar a decadência. Mas estes produtores continuam se mantendo no campo, principalmente porque continuam realizando a diversificação de sua produção, com o objetivo de subsistência do grupo familiar e assim, continua produzindo para se alimentar.

Nesse contexto, evidenciam-se os elementos que vêm impulsionando atividades pluriativa na espacialidade rural do município de Agudo. Entre eles, destacam-se a queda da renda agrícola associada ao esgotamento dos recursos, devido às práticas inadequadas (maximização dos recursos), e do uso intenso de fertilizantes e agrotóxico. Isto significa dizer que o produtor enfrenta dificuldades em sua reprodução, ou seja, muitos deles não conseguem se reproduzir satisfatoriamente no meio em que vivem, sendo forçados a buscar

novas alternativas que gerem renda e, conseqüentemente, que contribuam para sua reprodução. É neste contexto que ocorre a diversificação de suas atividades, especialmente através das atividades não-agrícolas.

A pluriatividade baseada nas atividades não-agrícolas exhibe uma diversidade de possíveis inserções no mercado. Por exemplo, comércio, prestação de serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, transformação agroindustriais. Estas, por sua vez, normalmente se expressam pela trajetória cultural, econômica e social da família rural. Nesse sentido, cabe ressaltar, dentro da pluriatividade, o turismo rural, artesanato e agroindústria.

Na medida em que o produtor familiar do município de Agudo visualiza o seu excedente de produção e em um contexto de profundas incertezas quanto ao rumo das atividades agrícolas, ele encontra seu novo viés, a transformação artesanal que lhe é costumeira, a saída para os problemas socioeconômicos. Deste modo, a inserção da agroindústria familiar, possibilitou que os produtores familiares desenvolvessem uma produção mais saudável, promovessem a valorização da cultura germânica herdada dos imigrantes e formassem renda familiar com menor tempo de intervalo.

Por fim, a compreensão da dinâmica da espacialidade rural através do emprego das abordagens histórico-descritiva, análise crítica e teoria sistêmica, além de permitir o alcance do conteúdo das relações, impulsionadoras das atividades na espacialidade rural, propiciou a análise espacial em seu conjunto, ao entendê-la como conseqüência de relações diretas (sociedade - natureza) ou primeira natureza (se considerado o grau qualitativo) e das relações indiretas (dos grupos sociais entre si e sobre o meio rural) além da criação de modelos de desenvolvimento conclusivos sobre as relações de produção do município de Agudo.

Deve-se considerar a desterritorialidade e a reterritorialidade que trouxeram grupos de germânicos na qualidade de imigrantes para o extremo sul do Império Brasileiro e que juntamente com os demais que aqui estavam e/ou vieram, criaram um território singular. Toma-se aqui emprestadas as palavras do saudoso Caio Prado Júnior quando se referia ao Sistema Colonial do Rio Grande do Sul e o denominava de "sui-generis".

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1996.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, m. et al. **Território, Territórios**. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2002.
- LA BLACHE, P.V.. **Principes de Géographie Humaine**. Paris: Colin, 1921. 320 p.
- MIORIN, V. M. F. **Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário: Uma Abordagem Teórico-Metodológica**. 1989. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 1989.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- RIBAS, A. D. et al. Considerações sobre a Geografia e o conceito de Território em Friedrich Ratzel. **Faz Ciência – Sociedade, Espaço e Economia**, v. 5, n. 1, 159-174, 2003.
- ROCHE, J. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo. 1969. 401 p.

SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. O Território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Faz Ciência** – Sociedade, Espaço e Economia, v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005.

VIDAL, L. R. **Dinâmicas das espacialidades rurais em territórios coloniais**. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2008.

WERLANG, W. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

Recebido em fevereiro de 2010

Revisado em maio de 2010

Aceito em junho de 2010

